Jornal da Cidade
Publicado em 28/12/2023 - 05:52

Hacker cita ameaça a Estela e que Walmir quis 'dominar a Câmara'

Vitorelli queria 'dominar' a Câmara e sugeriu ameaça a Estela, diz hacker

Em depoimento, Patrick César da Silva Brito afirma que cunhado da prefeita sondou hipótese de espionar todos os vereadores

ANDRÉ FLEURY MORAES

O hacker Patrick César da Silva Brito, que diz ter sido contratado pelo cunhado da prefeita Suéllen Rosim (PSD), Walmir Henrique Vitorelli, para espionar desafetos do governo municipal, afirmou em depoimento à comissão temporária do Legislativo que Walmir queria, na verdade, "dominar a Câmara" e chegou a sondar o monitoramento de todos os vereadores.

Ele admitiu, porém, que não possui mais as provas desta solicitação. Patrick disse que este diálogo em específico aconteceu no aplicativo de mensagens WhatsApp e que as conversas não estão mais disponíveis – algo do qual ele se arrepende, contou aos vereadores.

De acordo com o hacker, a invasão contra todos os parlamentares só não vingou porque o serviço seria caro e Vitorelli não concordou com os valores.

Patrick estava preso num Centro de Detenção Provisória na Sérvia como imigrante ilegal e saiu na última sexta-feira (23) depois que o prazo em que poderia ficar detido preventivamente expirou.

A comissão temporária da Câmara foi instaurada no início de novembro e é responsável pela interlocução com a Polícia Civil e o Ministério Público (MP), órgãos de controle externo que investigam as denúncias de espionagem.

Compõem o colegiado especial os vereadores Coronel Meira (União Brasil), Guilherme Berriel (MDB), Eduardo Borgo (Novo), Estela Almagro (PT) e Chiara Ranieri (União Brasil).

Patrick conversou com a comissão na manhã desta quarta-feira (27) e sugeriu também uma possível ameaça

MARIELLE

'Prenderam quem matou, mas não o mandante...', teria dito Vitorelli ao hacker

feita pelo cunhado da mandatária à vereadora Estela Almagro (PT), uma de suas vítimas.

Segundo ele, Walmir se interessou pela petista depois de notar seu número na agenda telefônica do jornalista Nelson 'Itaberá', cujos dispositivos também foram invadidos por Patrick. No depoimento, o hacker confirmou ter entrado no aplicativo bancário do jornalista da TV Câmara e derrubado as redes sociais da vereadora.

Ontem, Patrick também se comprometeu com os parlamentares a encaminhar um farto material probatório que inclui diálogos por e-mail com Walmir ao longo de cerca de oito meses.

Entre os arquivos há documentos que o hacker obteve nas buscas pessoais contra as vítimas. "A intenção dele [Walmir] era ter alguma coisa forte que desabonasse a vereadora Estela ou o jornalista Nélson", disse.

O hacker comentou ainda as ocasiões em que conversou com o cunhado da prefeita por telefone. "Ele me falava que sentia muita raiva do Nélson, muita raiva da vereadora Estela", explica.

E foi além: "Em uma das conversas ele falou que 'dá vontade até de matar', se referindo a Estela, e eu respondi comentando o caso Marielle Franco. Que mataram, mas que prenderam quem matou", contou. "É, pegaram quem mataram, mas não quem mandou matar", teria respondido Walmir.

"E então eu fiquei com medo, comecei a monitorar a vereadora por um tempo. Eu tinha medo de o Walmir fazer alguma coisa contra ela e eu acabar envolvido nisso, acabar envolvido num crime de homicídio", prosseguiu o hacker.

Patrick também afirmou durante a reunião ter certeza de que a prefeita Suéllen Rosim sabia dessa negociação. "Uma vez eu conversava com ele e olhei o WhatsApp dela, que também estava online. Não sei se falando com ele [o cunhado], mas tenho certeza de que ela sabia", disse.

A mandatária nega (**leia mais nesta página**). Walmir Vitorelli, por sua vez, não respondeu aos contatos do JC.

Num comunicado à imprensa, porém, Walmir admitiu que manteve contato com Patrick, mas negou quaisquer envolvimentos com atividades ilícitas e garantiu que não sabia dos problemas legais nos quais o hacker estava envolvido.

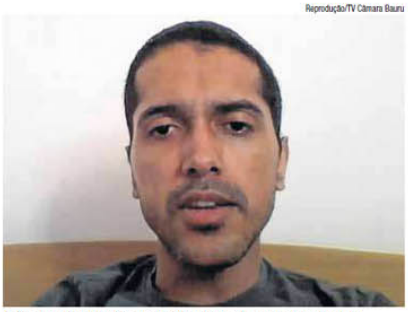
O hacker reiterou, além disso, as declarações de que Walmir sondou em certa ocasião a invasão dos dispositivos do vice-prefeito Orlando Costa Dias (PP).

O motivo era a Comissão Especial de Inquérito (CEI) que apurou irregularidades na Fersb, a Fundação Estatal de Saúde de Bauru. Orlando, na época secretário de Saúde, era frequentemente convocado a dar esclarecimentos - e sempre foi solícito com os parlamentares que compunham o colegiado.

COMISSÃO DE INQUÉRITO

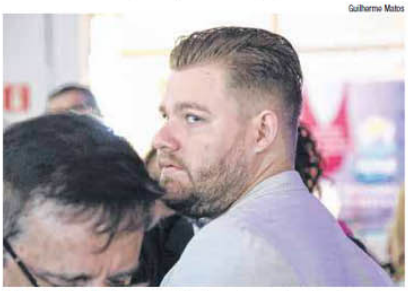
Presidente da comissão temporária aberta na Câmara, o vereador Eduardo Borgo (Novo) disse ao JC na tarde de ontem (27) que pretende pedir a abertura de uma Comissão Especial de Inquérito

Reprodução/TV Câmara Bauru



O hacker Patrick César da Silva Brito durante depoimento à Câmara de Bauru, nesta quarta-feira (27), via internet

Guilherme Matos



Walmir Vitorelli não se manifestou ontem sobre depoimento

(CEI) assim que o recesso parlamentar terminar, em fevereiro do ano que vem.

Borgo avalia que já há elementos suficientes para a instauração da medida e defende a CEI também como uma resposta à sociedade após o fim da comissão temporária, que deve se encerrar dentro de algumas semanas.

INVESTIGAÇÕES

O caso neste momento está sob análise do Ministério Público Federal. Os vereadores a princípio haviam encaminhado a denúncia ao Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado (Gaeco), que declinou da competência de apurar o episódio.

O argumento leva em consideração a "internacionalidade do delito", diz que os atos teriam sido praticados no exterior e que "eventuais resultados produzidos no Brasil conduzem a competência para julgar e processar os fatos à Justiça Federal".

A decisão do núcleo de combate ao crime também ressalta que os crimes dos quais os envolvidos são suspeitos estão previstos na Convenção de Budapeste e que compete aos juízes federais processar e julgar os crimes previstos em tratado internacional.

Suéllen cita 'situação arquitetada' e volta a falar em medidas judiciais

Em nota encaminhada à imprensa na tarde desta quarta-feira (27), a prefeita Suéllen Rosim (PSD) reagiu ao depoimento do hacker Patrick César da Silva Brito, negou quaisquer participações no caso de espionagem a desafetos do governo e voltou a dizer que "tomará as medidas judiciais cabíveis".

"Desconheço esse homem que estava preso e jamais mantive contato com ele. É um absurdo tentar me vincular a essa situação aparentemente arquitetada pela oposição. Um depoimento que não traz prova alguma. Até porque não tem como provar o que não existe", afirmou a mandatária em nota.

"Reitero que não tenho ligação alguma com esse assunto e tomarei todas as medidas judiciais cabíveis", prosseguiu.

O novo pronunciamento de Suéllen sobre o caso não é muito diferente da declaração da mandatária divulgada no final de outubro, pouco depois da revelação do caso de espionagem.

Na ocasião, a prefeita disse que "nunca teve conhecimento das supostas atividades que foram divulgadas na acusação levantada na última sessão da Câmara Municipal" e afirma que "nunca se envolveu em atos de espionagem" e que "não tem ciência de nenhuma investigação ou acusação dessa natureza envolvendo a sua pessoa". Por fim, ressaltou Suéllen, "medidas judiciais serão adotadas diante de qualquer insinuação que ligue a mesma a esses fatos".

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal da Cidade - Bauru/SP

Seção: Política **Pagina:** 3

Copyright © Clipclap 2025.